

Revisionismo Histórico e Educação para a Barbárie: A Verdade da “Brasil Paralelo”

Historical Revisionism and Education for Barbarism: The Brasil Paralelo's Truth

Revisionismo Histórico y Educación para la Barbarie: La Verdad de la “Brasil Paralelo”

Bruno Antonio Picoli

Universidade Federal da Fronteira Sul

Vanessa Chitolina

Universidade Federal da Fronteira Sul

Roberta Guimarães

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: O objetivo dessa reflexão é analisar as implicações educacionais e políticas do discurso revisionista e autoproclamado neutro da produtora “Brasil Paralelo” para a jovem democracia brasileira. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica, especialmente Adorno, e à produções da empresa, especialmente o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”. O texto está organizado em três partes: a primeira tensiona as relações entre barbárie e educação informal e não formal, a segunda discute a pretensa neutralidade e cientificidade das produções da “Brasil Paralelo” e a terceira, estressa as implicações educacionais e políticas do discurso revisionista. Conclui que a alegada neutralidade e rigor encampam um projeto anticientífico de barbarização que corrói por

dentro uma democracia frágil e instável como a brasileira.

Palavras-chave: Brasil Paralelo. Revisionismo histórico. Ditadura Militar. Barbárie. Adorno.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the educational and political implications of the revisionist and self-proclaimed neutral discourse of the production company “Brasil Paralelo” for the Brazilian democracy. It used bibliographic research, especially Adorno, and the company’s productions, especially the documentary “1964: Brazil between weapons and books”. The article is organized in three parts: in the first, it stresses the relationship between barbarism and informal and non-formal education, in the second it discusses the alleged neutrality and scientificity of the Brasil Paralelo’s productions, and, in the third, it stresses the educational and political implications of revisionist discourse. It concludes that the alleged neutrality and rigor embrace a unscientific project of barbarization that corrodes inside the Brazilian democracy.

Key words: Brasil Paralelo. Historical Revisionism. Military Dictatorship. Barbarism. Adorno.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar las implicaciones educativas y políticas del discurso revisionista y autoproclamado neutral de la productora “Brasil Paralelo” para la democracia brasileña. Se utilizó la investigación bibliográfica, especialmente Adorno, y las producciones de la empresa, especialmente el documental “1964: Brasil entre armas y libros”. El artículo está organizado en tres partes: en la primera, destaca la relación entre barbarie y la educación informal y no formal, en la segunda, se discute la supuesta neutralidad y científicidad de las producciones de la “Brasil Paralelo” y, en la tercera, se enfatizan las implicaciones educativas y políticas del discurso revisionista. Se concluye que la

supuesta neutralidad y rigor abrazan un proyecto científico de barbarie que corroe la democracia brasileña desde adentro.

Palabras-clave: Brasil Paralelo. Revisionismo histórico. Dictadura Militar. Barbarie. Adorno.

Data de submissão: 17/08/2020

Data de aprovação: 10/10/2020

Introdução

É justificável a violação de direitos humanos, como a tortura, a perseguição, e o assassinato por parte das instituições que deveriam salvaguardar esses direitos? É justificável a usurpação do poder à revelia do voto e das instituições de uma democracia? As respostas para estas perguntas parecem óbvias. Entretanto não é o caso no Brasil contemporâneo, ou melhor, no “Brasil Paralelo”. Em 2019, a produtora “Brasil Paralelo” disponibilizou ao público o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”. A missão, segundo seus criadores, era apresentar ao público a verdade histórica até então nunca revelada pela academia e pela mídia. Reivindicam o direito democrático à livre expressão para expor sua revisão de um período histórico traumático: a Ditadura Militar. Afirmam que o fazem de uma forma imparcial, apartidária, livre de qualquer contaminação ideológica.

4

O objetivo dessa reflexão é analisar as implicações para a nossa frágil democracia de um discurso que, autoproclamado neutro e pretensamente científico, faz apologia à intervenção militar em assuntos civis e, assim, justifica violências praticadas pelo Estado brasileiro contra seus cidadãos. Importa salientar que a intenção desta reflexão não é avaliar a veracidade e os métodos de pesquisa utilizados pela empresa e seus colaboradores, mas sim, dedicar atenção às consequências socioeducativas e políticas de um discurso revisionista que, vestido de democracia e ciência, menospreza a democracia e a ciência. Para esta reflexão, o texto está organizado em três partes. Na primeira a ênfase recai sobre as contemporâneas imbricações entre educação informal e não formal, tecnologias, anti-intelectualismo e barbárie na crise da democracia. Na segunda discute-se a pretensa neutralidade e cientificidade das produções da “Brasil Paralelo” e sua “missão patriota”.

Por fim, na terceira, reflete-se sobre as implicações educacionais e políticas do discurso revisionista da “Brasil Paralelo” na construção de uma cultura que abraça a democracia ou a barbárie.

Educação, internet e barbárie

Por que matar e não entregar o corpo? Porque o fato de o cara desaparecer é mais incisivo do que mostrar o cadáver. Morreu, acabou, esquece. Mas quando some, fica aquela situação: cadê o fulano? Até hoje tem essa repercussão. Não vão achar nunca, mas fica essa esperança.

As sentenças foram proferidas pelo Coronel reformado do Exército Brasileiro Paulo Malhães (GENERAIS, 2014). Dados produzidos pelo Estado Brasileiro, por meio da Comissão Nacional da Verdade, reconhecem a existência de mais de quatro centenas de mortos e desaparecidos por ações de órgãos repressores do próprio Estado Brasileiro durante o período entre 1946 e 1988 (BRASIL, 2014). Dos 434 reconhecidos, apenas em catorze casos a morte e o desaparecimento foram registrados fora do período entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985. Ou seja, o Estado Brasileiro reconhece o assassinato e a ocultação de cadáveres por parte de seus agentes de 419 pessoas durante a Ditadura Militar.

A Comissão da Verdade estava concentrada nas vítimas do regime *por motivos políticos*, assim, não entraram no cômputo das vítimas nominais da Ditadura Militar indivíduos que foram assassinados em operações “de rotina”, destes destacam-se vários indígenas (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2019). Mesmo que o número de perseguidos, torturados, mortos e desaparecidos fosse bem menor, quando o Estado é o perseguidor, executor e ocultador, amplificando o sofrimento das vítimas e suas famílias,

sofrimento que reverbera até hoje como afirmou o Coronel Maílheus, um dos perpetradores de tais crimes, significa que a barbárie tornou-se a forma de governo.

O fim da Ditadura Militar não foi acompanhado pela desbarbarização, ou seja, a mudança de regime político e a afirmação constitucional pela democracia, pela responsabilidade e pela liberdade não significam, por si só, que as condições para a barbárie foram superadas. Adorno (1995, p. 119) assevera que “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que tem de fundamental as condições que geram esta regressão [à barbárie]”. O filósofo, então, afirma que é preciso criar as condições para a superação da frieza e da indiferença, assim como para a valorização das difíceis relações democráticas. A democracia sempre está em perigo porque nela as crises não se resolvem de modo rápido, nem mesmo se resolvem com os diferentes atores saindo delas plenamente contemplados em seus anseios, isso só é possível com a derrocada da democracia, afinal, nos tempos sombrios muitos viveram muito bem (ADORNO, 1995, p. 38), enriqueceram sobremaneira (WANG; COUTO, 2008) e, atualmente, isso favorece manifestações queixosas sobre a morosidade dos processos democráticos.

O diálogo, a moderação, a concessão e, mesmo, a derrota em pautas postas à público podem, quando não há uma postura educacional e democraticamente construída, produzir uma sensação de enclausuramento em um sistema que não funciona, de raiva. Raiva em sentido arendtiano, ou seja, como uma reação à uma ofensa ao senso de justiça, de quando há a percepção de que as coisas poderiam ter sido diferentes da forma como se deram (ARENDDT, 2017, p. 85). Senso de justiça não é, necessariamente, Justiça, mas a “justiça que quero”. A pressa é um sintoma da predisposição à barbárie e a frieza não é a ausência de sentimento,

mas o fechamento para a divergência. Essa raiva fria é projetada contra a civilização. É nesse sentido que se compreende o temor de Adorno quando afirma que a superação da barbárie é uma questão que não pode ser secundária em sociedades que estiverem preocupadas com a sobrevivência da humanidade, e “que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia [...] que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por essa prioridade” (ADORNO, 1995, p. 155)¹.

Não se quer afirmar que apenas a educação, e especialmente a educação formal, cumpre a tarefa de desbarbarizar. Isso não apenas amplifica as pressões sobre as instituições educativas, contra as quais se apontam inúmeros indicadores que a acusam de responsável pelo fracasso de projetos societários os mais variados, como isso também se mostra fora da realidade. Hoje, cada vez mais, a formação moral, a Educação Histórica, os sentidos das relações que o indivíduo estabelece com os Outros, dá-se pelos meios informais e não-formais de educação, ambos que se beneficiam dos recursos disponibilizados pela Internet, como redes sociais, plataformas de entretenimento, algoritmos de direcionamento, “bolhas”, conteúdos exclusivos e cursos on-line.

Conforme Coombs, Prosser e Ahmed (1973), a educação informal compreende o processo que se dá ao longo de toda a vida de um indivíduo. É um processo em que o sujeito adquire valores, atitudes, conhecimentos, habilidades técnicas ou sociais a partir do cotidiano e da influência educativa do seu ambiente e dos recursos com que tem contato, como, por exemplo, as mídias de massa (e, hoje, as mídias personalizadas). Ainda conforme os autores, a educação não-formal é caracterizada por todo tipo de atividade organizada com fins educacionais que se dá fora do sistema e de ambientes formais de educação. Além disso, se destina a servir uma clientela identificável com objetivos de aprendizado

¹ Disponível em: <https://twitter.com/i/events/1171349>. Acesso em: 04 ago. 2020.

claros. Os cursos on-line e os conteúdos produzidos para o público em geral ou de forma exclusiva para assinantes se caracterizam como educação não formal. Pode-se afirmar que muito da construção da “consciência histórica”, por meio de uma Educação Histórica que pode ser democrática ou avessa à democracia, dá-se pelas vias informais e não formais de educação, especialmente a Internet que, pela sua ubiquidade e pervasividade, compreende a “condição contemporânea de nossa existência (SANTAELLA, 2013, p. 16).

Em termos claros, as condições para a reprodução da barbárie podem se beneficiar e amplificar pela manipulação de recursos de educação informal e não formal: pela produção de notícias e informações falsas, pelo revestimento de cientificidade em análises que mutilam o método científico, pela equiparação de dados e produção científica com opiniões que se adequam ao gosto pessoal ou pela tendência em afirmar que todas as atitudes com relação ao mundo e aos Outros têm o mesmo valor, haja vista o entendimento de que cada um pode possuir a própria definição de ética e que todas têm o mesmo valor e estão disponíveis em uma espécie de menu para uma escolha livre e sem consequências. Conforme Adorno (1995, p. 35):

a democracia é aprendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia [ao que acresceríamos ditadura, autoritarismo, escravismo etc.]; ela não é aprendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral.

A raiva projetada contra a democracia é criativa e hoje se uti-

liza de recursos tecnológicos de informação e comunicação. No Brasil contemporâneo, movimentos anti-intelectuais, revisionistas ideológicos e negacionistas, que contestam o que chamam de História oficial, tem crescido e contam com a adesão de setores conservadores e, mesmo, populares, haja vista que oferecem respostas rápidas e simples para problemas complexos, saídas que uma democracia não pode oferecer justamente porque são saídas não democráticas (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020). Dão, portanto, um direcionamento à raiva contra a morosidade e as limitações da democracia. Por meio das plataformas e recursos possibilitados pela Internet para difusão de discursos e ideias, esses grupos, atribuem a si a missão de trazer à tona a História verdadeira. Pela lógica da auto satisfação da Internet, amplificada pelos algoritmos direcionadores, o método para fundamentação se dá pela via oposta ao método científico: parte-se de uma conclusão e elege-se argumentos para sustentá-la. Desta forma a Internet cumpre o papel de máquina do prazer que reafirma sempiternamente a visão de mundo já possuída pelo usuário (GUR-ZE'EV, 2002).

Embora a Internet seja um recurso de grande importância para a facilitação do acesso a pesquisas, dados e documentos, o que a torna um precioso recurso para a ciência e para a vida democrática, ela também oferece as condições para o falseamento da ciência, para a corrosão da democracia e para o antidiálogo. Conforme Adorno (1995, p. 30), os grupos e indivíduos de tendências autoritárias e antidemocráticas fazem uso das instituições democráticas, como, por exemplo, do direito à livre expressão de opiniões. Isso não é mera especulação: a anticiência (*fake news*, manipulação de dados e campanhas persecutórias/difamatórias contra indivíduos e grupos) não apenas elegem líderes no mundo todo como colocam em risco o próprio mundo enquanto espaço habitado pela humanidade. Colocam a humanidade diante da pos-

sibilidade de mergulhar na barbárie.

Brasil paralelo e a barbárie como verdade

Dentre os grupos produtores de conteúdo para Internet ganhou destaque, nos últimos anos, a produtora “Brasil Paralelo”. A empresa tem na plataforma YouTube seu principal meio de divulgação. O canal Brasil Paralelo² conta atualmente com 1,28 milhão de inscritos. De acordo com um dos produtores, em uma entrevista cedida ao jornal Boletim da Liberdade (2018), Brasil Paralelo é uma empresa formada por jovens empreendedores que, engajados com o cenário político de 2014 e descontentes com a hegemonia cultural de esquerda, decidiram produzir conteúdo sobre um novo modo de se fazer política, possibilitando ao povo acesso a “versões ocultas” da história do Brasil. Apesar da empresa se posicionar como isenta de “ideologia”, em uma entrevista cedida ao programa Pânico da Rádio Jovem Pan, em 1º de abril de 2019 (JOVEM PAN, 2019), e se caracterizar como um canal “puramente informativo”, o conteúdo produzido visa “resgatar” o sentimento nacionalista. Afirmam que (2017)

Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso, que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte. A nossa resposta está sendo imediata. Estamos distribuindo um antídoto em cada canto do país, para todos os brasileiros. Nossos documentários são produzidos para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa. São distribuídos gratuitamente para que tenham o maior alcance possível. O nosso compromisso

² Disponível em: <https://www.youtube.com/UCKDjje>. Acesso em: 09 jul. 2020.

é com a liberdade e a consciência do povo brasileiro. Cumprimos a nossa missão. Há um ano lançamos nossa primeira série, Congresso Brasil Paralelo, e ele já foi visto por mais de quatro milhões de brasileiros. Um impacto profundo nas raízes culturais do nosso Brasil. O mais importante é que pessoas como você fizeram a sua parte, tornando-se membros do Brasil Paralelo, comprando nosso produto e nos financiando. Por causa deste ato de coragem, estamos aqui para um novo passo, um passo em direção para a retomada da nossa verdadeira cultura, na nossa verdadeira missão como brasileiros.

A ânsia nacionalista é muito eficiente em produzir um amálgama de imprevisíveis consequências. Walzer (1988) diferencia povo, nação e nacionalismo: o povo tem relação com a experiência em comum, a nação diz respeito à consciência coletiva dessa experiência, já o nacionalismo compreende uma inflação dessa consciência. Conforme o autor: “o povo é um impulso, nacionalidade uma ideia, nacionalismo um programa” (WALZER, 1988, p. 75). Walzer concorda com Fromm (1955, p. 58-59): “Nacionalismo é nossa forma de incesto, é nossa idolatria, é nossa insanidade. ‘Patriotismo’ é seu culto”.

A dimensão anti-intelectual de culto no discurso da empresa fica evidente quando termos como “missão” e “antídoto” são utilizados nas entrevistas e nas produções audiovisuais na denúncia à presumida perversão ideológica da mídia e da Escola. Segundo essa narrativa, todos os educadores e comunicadores escondem a verdade da população porque estão arregimentados em um suposto projeto de dominação mundial de esquerda (CARVALHO; ROVIDA, 2018). A estratégia discursiva é simples, mas eficiente: considera ideológico o que é científico e científico o que é ideológico, desde que corrobore com a opinião estabelecida *a priori*

(ARENDRT, 1973). A pretensão de isenção opera como um salvo conduto e como uma defesa imunológica. De um lado se apresenta como a portadora da verdade factual, já que não se permitiu corromper por ideologias que iriam contaminar a narrativa. De outro lado afirma que as críticas (inclusive a necessária crítica das fontes) apenas provam que o cenário (acadêmico, midiático, político e cultural) está dominado por perspectivas ideológicas que procuram impedir que a verdade seja revelada. Essas duas dimensões, é claro, se complementam e retroalimentam. Para Gillborn (1997, p. 353)

Esta é uma técnica poderosa. Em primeiro lugar, ela presume que não há argumentos genuínos contra a posição escolhida; quaisquer pontos de vista opostos são assim, posicionados como falso, hipócrita ou partidário. Em segundo lugar, a técnica apresenta o orador como alguém corajoso, honesto o suficiente para falar o (antes) indizível. Assim, a superioridade moral é presumida e os adversários são denegridos.

O discurso que embala as produções procura convencer o indivíduo a contribuir com a empresa, assinar um pacote e, assim, garantir, de uma lado, acesso aos conteúdos exclusivos para assinantes e, de outro, ajudar a empresa a fornecer material de acesso livre para a população. A Brasil Paralelo atualmente, além de faturar com a monetização dos vídeos no YouTube, possui uma plataforma própria, com conteúdos exclusivos para pagantes³. Na plataforma, existem dois planos de assinatura: o Plano Patriota, no valor de R\$ 10,00 mensais; e o Plano Premium, no valor de R\$ 49,00 mensais (BRASIL PARALELO, 2020). Arendt (1973, p. 382) afirma que o objetivo da estratégia de inversão entre fato e opinião é

³ Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2020.

angariar súditos, indivíduos que acreditam que foram tocados pela “Verdade”. Sendo “a Verdade” e não “mera ideologia”, acredita-se estar fazendo parte de uma realização grandiosa: uma oportunidade, talvez a única, de se tornarem historicamente importantes. O que são R\$ 10,00 por mês se a recompensa é salvar a pátria? Tal postura reforça o caráter do culto do discurso e ajuda a explicar o emprego de estratégias publicitárias que em muito se aproximam da pregação evangelizadora (CARVALHO; ROVIDA, 2018): o indivíduo se sente salvo e diretamente, quando assinante, ou mesmo, replicador de conteúdo, responsável pela salvação dos Outros.

Em 2019 um novo degrau foi escalado pela produtora: o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” foi exibido na rede de cinemas CineMark, no dia 31 de março de 2019. Este evento foi integrado a “agenda comemorativa de 1964”. A empresa alegou que a obra iria “resgatar a verdade sobre o período mais deturpado da nossa história”. Devido a polêmicas na Internet, a rede de cinemas emitiu uma nota com pedido de desculpas e removeu o documentário de sua programação após exibi-lo por um curto período (CAMARGO, 2019). Conforme Mourão (2020, p. 01),

A recepção negativa sobre o documentário foi incorporada porque serve à própria lógica do filme: constrói a ideia de que traz uma verdade que incomoda, que a esquerda é autoritária e domina os espaços acadêmicos, algo que será retomado ao final do filme, quando é defendida a tese de que a esquerda foi derrotada militarmente, mas venceu na esfera cultural.

A incorporação do episódio foi incluída no próprio vídeo do documentário no YouTube. O vídeo inicia com uma imagem da manchete do G1 Minas Gerais de 1º de abril de 2019: “Exibição de filme pró-ditadura militar em cinema de shopping em BH gera po-

lêmica”. Aqui fica evidenciado como o discurso da Brasil Paralelo opera como uma defesa imunológica às críticas. A reação de setores da sociedade, mais ou menos organizados, que pressionaram uma empresa (CineMark) a não reproduzir conteúdo apologético à violação da democracia e de direitos humanos, e a consequente decisão da empresa, atenta ao movimento de seu público, são, para os apoiadores da “Verdade”, a prova de que há uma grande deturpação da história nacional que impede que a “Verdade” venha à tona.

No canal da empresa na plataforma YouTube, o documentário é de acesso livre e registra, atualmente, cerca de 8 milhões de visualizações. Os sócios-proprietários da Brasil Paralelo, na entrevista ao Pânico, quando questionados sobre o viés partidário do documentário, afirmaram que a “Verdade” do documentário (que supostamente é escondida pela historiografia) não têm lado (P NICO JOVEM PAN, 2019). Não é de direita, nem de esquerda. É apenas a verdade. Os empresários também afirmaram que a produção é resultado da pesquisa de diversos especialistas capacitados para falar sobre o tema e comprometidos com a verdade, não com ideologias. Contudo, pouco se encontra sobre a formação acadêmica e atuação profissional de boa parte dos 24 entrevistados.

Percival Puggina, em uma das primeiras frases do documentário afirma: “é praticamente impossível que alguém que não tenha vivido a Guerra Fria tenha condições de avaliar as condições pelas quais foram possíveis os acontecimentos do mês de março de 1964 porque o cenário era completamente diferente do cenário de hoje” (BRASIL PARALELO, 2019). O anti-intelectualismo é grosseiro por, pelo menos, duas razões. A primeira é que isso implica inutilidade de estudar um tema ou período histórico: nunca seremos capazes de compreender a escravidão, a Inquisição, a vida na *pólis* grega. A segunda é que insinua que a realidade se mos-

tra para o observador como ela de fato é, o que é um princípio avesso a toda produção científica desde, pelo menos, Galilei. O pensamento científico exige distanciamento. Esta frase, por si só, já coloca todo o documentário em terrível contradição: se apenas quem viveu 1964 pode falar com propriedade sobre os episódios, como os entrevistados mais jovens, que sucedem Puggina, teriam condições de analisar esses fatos? Como os espectadores nascidos após este período podem posicionar-se? Tal afirmativa, assim como o parco rigor, postula a irrelevância da pesquisa histórica séria e profissional.

Assim como as demais produções disponíveis no canal, o documentário em questão parte da premissa revisionista da Nova Direita, que defende pautas não tão novas. Como Nova Direita, Apple (2001) compreende a convergência entre grupos neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários e a classe média profissional, aliança consolidada entre os anos de 1960 e 1970. Apesar da Brasil Paralelo alegar que o documentário é apartidário, ele é politicamente engajado. Entretanto, o problema não é o engajamento, mas a simulação de neutralidade, de “Verdade”, o verniz de ciência. Ou seja, é grave o fato da empresa mascarar suas intenções políticas com um discurso supostamente científico e apartidário.

Brasil paralelo e a barbárie azeitada

A raiva contra a civilização não é raivosa em seu discurso. Ela vem revestida de superioridade moral, cultural⁴, intelectual⁵ e reivindica o direito democrático de expressar o que quer. Ela é raivosa em suas projeções: professa um tipo de amor à nação que é nocivo porque despreza o que é do povo, haja vista que

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/eFWm0GBqIWY>. Acesso em: 04 ago. 2020.

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/c4AezFrFUs>. Acesso em: 04 ago. 2020.

seria necessário empreender uma retomada da verdadeira cultura, como se a cultura fosse algo estático. A esse (des)amor dá-se o nome “nacionalismo”. Esse nacionalismo encontra no patriotismo sua pregação. Como se apenas existisse uma forma de amar o seu país: a que assume o caráter de patriotismo, que reivindica a “verdadeira cultura”. Todo o restante ou são os inimigos ou fazem parte da grande massa em disputa, que, desumanizados, haja vista serem apenas massa, seriam incapazes de pensar por conta própria, tomar decisões e manifestar a seu modo o seu amor pelo seu país. Como afirma Fromm (1955, p. 59, *tradução nossa*) “amor pelo país que não é parte do amor pela humanidade não é amor, mas adoração idólatra”. No Brasil, o culto idólatra patriótico tem liturgia própria: as Forças Armadas como poder moderador que, em nome do bem comum e da salvação da pátria, devem intervir quando acharem que é necessário. Tal é o argumento de “1964”.

Empresas como a “Brasil Paralelo” procuram cumprir metas em uma agenda específica. Revisam o passado de forma a corroborar com suas premissas, não se atendo ao rigor metodológico. Neste sentido, é necessário questionar que parte do passado e que tipo de análise é empregada em reconstruções que podem vir a alterar visões do presente e perspectivas de futuro. Para Dias (2019, p. 03) “há de fato, nestas narrativas, uma série de intencionalidades intrínsecas ao próprio estatuto da “verdade” que elas pretendem carregar” e é preciso focar nas condições e motivações que possibilitam que esses fenômenos emergjam para que possamos compreender e “perceber como estes agentes se inserem nas intempéries da história, procurando, a partir dela, se legitimar e constituir”. Para além disso, é necessário atentar para os perigos que esse tipo de discurso representa para a construção de uma cultura democrática e de valorização da ciência. Ambas, democracia e ciência, exigem tempo, paciência, diálogo. Ambas, também,

não oferecem caminhos e respostas fáceis. Isso favorece a raiva, o ressentimento contra os procedimentos da democracia e da ciência, contra o diálogo e o rigor.

Embora não haja grande apreço pelo rigor metodológico, há um grande apreço por parecer metodologicamente rigoroso. Isso fica claro na busca constante por amparar suas afirmações em “pesquisa”, em documentos, também produzidas e/ou encontrados por pessoas alijadas da academia, ou seja, por indivíduos que, supostamente, foram marginalizados porque descobriram a verdade sobre a contaminação ideológica do cenário. Apesar do menosprezo da empresa pelas Universidades, parte dos entrevistados possuem passagem por elas, o que reforça o desejo de reconhecimento, de legitimação como produtores de um discurso histórico cientificamente fundamentado. Entretanto, a maior parte dos “especialistas” colaboradores denominam-se autodidatas, ou seja, não possuem trajetórias em espaços escolares e/ou universitários. Na perspectiva de Arendt (1973, p. 333) o repúdio às Universidades, aos historiadores e à História oficial, compõe uma estratégia de cooptação popular. A partir do momento que coletivos revisionistas conseguem converter perspectivas fundadas em bases factuais em mera opinião, torna-se possível contestar conhecimentos históricos sistematizados e embasados cientificamente com qualquer outra opinião, mesmo que não fundamentada. A finalidade do revisionismo é “denunciar a história oficial como uma mentira, expor uma esfera de influências secretas das quais a realidade histórica visível, demonstrável e conhecida” sofre, para que assim a narrativa historiográfica oficial passe a ser percebida como pouco além de uma “fachada externa construída com o fim maior de enganar o povo”.

O documentário “1964” é dividido em três momentos: o primeiro trata da Guerra Fria; o segundo, do período ditatorial em si; e, no terceiro há um significativo esforço em defender a tese de

que as Universidades e o setor cultural parecem sob a hegemonia do “marxismo cultural”. A dominação do campo cultural seria, segundo “1964”, uma estratégia de revolução gramsciana que, no Brasil, teve êxito ao conseguir “contaminar” ideologicamente espaços estratégicos como a academia e a imprensa. Na linha argumentativa que finaliza a produção, afirma-se que os jovens são usados como “massa de manobra” ao serem influenciados para contestar crenças, valores e tradições, a “verdadeira cultura”. Chega a afirmar que uma considerável parcela desses jovens não fazem ideia do por que saem às ruas, e que o fazem apenas pelo desejo de aceitação social. Logo, a narrativa empregada na produção da Brasil Paralelo é resultado da manipulação dos fatos ocorridos no pré-golpe e em seus desdobramentos: uma falsa realidade é inventada para abarcar às percepções ideológicas do nicho político-ideológico a que pertence. É uma forma de “elaboração do passado”, sem rigor, fictícia em sua libertação (ADORNO, 1995). É fictícia porque nela o passado não é passado, ao contrário, assombra o presente como possibilidade de re-emersão.

O revisionismo histórico, especialmente do tipo que se desenvolveu a partir da segunda metade do século 20, não contribui de forma crítica com a historiografia, pelo menos não sobre o período histórico posto em revisão. Para Vidal-Naquet (1988) o que ele faz é contribuir ao estudo das mentalidades contemporâneas. Como afirma Adorno (1995, p.29), a elaboração enviesada do passado tem como objetivo “encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória”. Não por acaso o anti-intelectualismo e anticientificismo são próprios do discurso autoritário, assim como a retórica da busca pela “verdade sufocada” e a luta para salvar o país das garras de inimigos que nos ameaçam desde o século passado. O medo de um inimigo interno é algo que está presente no discurso da direita brasileira e é explorada

ao longo do documentário, circunstância utilizada para justificar o golpe de 1964 e minimizar as perseguições políticas, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres perpetrados por agentes do Estado durante o período: as violações foram, se não necessárias, justificáveis.

É importante frisar que, o uso de narrativas estratégicas na mídia, intituladas “verdades incontestáveis”, faz parte do que os historiadores denominam de “batalha de memórias”. A produtora, em seu canal no YouTube, divulga vídeos que enfatizam essa batalha. Afirmam que a há, de um lado uma máquina poderosa de produção, que conta com acadêmicos, Universidades, imprensa etc. e, de outro, uma iniciativa (a própria produtora) sem vínculos com o poder público e interessada unicamente na difusão da “verdade”. Tudo se resume, portanto, em um “nós contra eles”. Apela aos patriotas, à necessidade de reforçar o “nós”, o coletivo, nessa batalha⁶. A ênfase à coletivos é, conforme Adorno, uma política de barbarização e, logo, a desbarbarização perpassa pela resistência à coletivização, ao patriotismo. Conforme o filósofo (ADORNO, 1995, p. 127) “Considero que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização”. Enfrentar coletivos e desbarbarizar implica, então, apelo ao rigor, apelo à História. Conforme Motta (2003, p. 11)

A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes e reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação do passado, na qual não só a noção de um consenso é importante, mas também a noção do conflito o é. Neste sentido, ela não nos serve para glorificarmos o passado. O que ela realiza é, na maioria das vezes a deslegitimação de um

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/J9RAAMOu94>. Acesso em: 04 ago. 2020.

passado construído pela memória.

O apelo ao rigor é importante justamente porque não é a falta de rigor o que de mais perigoso, anti-intelectual e tendencioso há na produção, pretensamente neutra, de “1964: o Brasil entre armas e livros”, mas seu argumento: de que as democracias não são capazes de superar crises democraticamente; de que o povo não é capaz de fazer escolhas que incidam consequências sobre suas vidas; de que uma instituição precisou fazê-las; de que, nessas condições, é justificável a violência aos Direitos Humanos; e de que, dado a hegemonia de uma História ideologicamente orientada, uma nova intervenção por parte dos patriotas pode se tornar uma realidade. Em síntese: a legitimidade da barbárie.

Conclusões

É importante evitar equívocos: a constante revisão do passado norteada por novos documentos, metodologias científicas, correntes teóricas e constantes indagações, compõem o fazer historiográfico. Porém, as intenções dos ascendentes movimentos revisionistas e/ou negacionistas, dentre os quais destaca-se a empresa “Brasil Paralelo”, não compreendem o enriquecimento ou ampliação do conhecimento histórico, mas sim a deslegitimação, invalidação e supressão do que chamam de História oficial. Isso se dá ora pelo ataque aos intelectuais, ora pela negação ou manipulação de fontes minuciosamente selecionadas, desconexas de seus contextos históricos, com objetivo de confirmar pontos de vista preestabelecidos. Daí a necessidade da demarcação de fronteiras entre o revisionismo historiográfico e o ideológico estabelecida pelo filtro acadêmico. Essa necessidade não surge no intuito de silenciar diferentes perspectivas sobre a História, contudo deli-

mita que o conhecimento histórico supera a opinião, afinal, resulta de um trabalho rigoroso, embasado em metodologias e correntes historiográficas sistematizadas que estabelecem critérios rígidos sobre o manuseio de fontes e critérios éticos sobre as implicações da narrativa. Sobretudo, isso não quer dizer que a História é isenta de ideologia, mas que as diversas ideologias que a perpassam estão atreladas a um conjunto de regras e métodos esquecidos nas análises de quem lucra a atacando.

Em uma sociedade democrática, revisar e questionar a historiografia de forma saudável, respeitando as fontes e seus contextos de forma embasada e ética, não só é válido academicamente como também faz parte do dever de ofício do historiador. Pelo contrário, descontextualizar documentos, os analisar de forma superficial em busca de validar opiniões e criar um cenário de guerra onde inimigos devem ser aniquilados, não só é irresponsável como também é criminoso. As implicações educacionais e políticas do discurso revisionista, como o empreendido pela “Brasil Paralelo”, que relativizam a violação aos Direitos Humanos, que justificam a violência de Estado e a barbárie não se dão em relação ao período histórico em revisão, mas em relação ao futuro: é um projeto de barbarização que corrói por dentro uma democracia frágil e instável como a brasileira. É Adorno (1995, p. 136) quem afirma isso da forma mais clara possível: “Quem ainda insiste em afirmar que o acontecido não foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo”.

Referências

ADORNO, T. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO**. 2.ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1995.

APPLE, M. W. **POLÍTICA CULTURAL E EDUCAÇÃO**. TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ DO AMARAL FERREIRA. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

ARENDT, H. **SOBRE A VIOLÊNCIA**. 8.ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2017.

ARENDT, H. **THE ORIGINS OF TOTALITARIANISM**. NEW YORK: HARCOURT, BRACE & Co., 1973.

BRASIL; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS**. BRASÍLIA: CNV, 2014. 1996 P. (RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE; v. 3)

BRASIL PARALELO: EM ENTREVISTA EXCLUSIVA CONHEÇA A ORIGEM DOS DOCUMENTÁRIOS QUE FAZEM SUCESSO NA INTERNET. **BOLETIM DA LIBERDADE**, 19 JUL. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/33DKkLl](https://bit.ly/33DKkLl) . ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

BRASIL PARALELO. BRASIL: A ÚLTIMA CRUZADA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BRASILPARALELO.COM.BR/HOME/](https://www.brasilparalelo.com.br/home/). ACESSO EM: 09 JUL. DE 2020.

BRASIL PARALELO. 1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/31nqG3C](https://bit.ly/31nqG3C). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

CAMARGO, S. CINEMARK EXIBE FILME PRÓ-DITADURA, PEDE DESCULPAS E GERA POLÊMICA NA INTERNET. **BRASIL ECONÔMICO**, 02 ABR. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2F3q77w](https://bit.ly/2F3q77w). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

CARVALHO, R. P.; ROVIDA, M. Os MOVIMENTOS MILENARISTAS MODERNOS: UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA PROPAGANDA IDEOLÓGICA. **ANAIS DO XXIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE**, BELO HORIZONTE-MG, 7 A 9 DE JUNHO DE 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2XHgmCj](https://bit.ly/2XHgmCj). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

COOMBS, P. H.; PROSSER, C.; AHMED, M. **NEW PATHS TO LEARNING FOR**

RURAL CHILDREN AND YOUTH. NEW YORK: INTERNATIONAL COUNCIL FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT, 1973.

DIAS, A. B. UM BRASIL (EM) PARALELO: AS “VERDADES” DA DITADURA E SUA HISTORICIDADE MEDIADA COMO UM EMPREENDIMENTO POLÍTICO. **ANAIS DO XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA.** NATAL-RN, 19 A 21 DE JUNHO DE 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2PBWtIC](https://bit.ly/2PBWtIC). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

FILHO, J. TODOS NESSA FOTO PROMETERAM JAMAIS RECEBER DINHEIRO DO GOVERNO: A MAIORIA RECEBEU. **THE INTERCEPT BRASIL.** SÃO PAULO, 1 MAR. 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2XEPfYI](https://bit.ly/2XEPfYI). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

FROMM, E. **THE SANE SOCIETY.** NEW YORK: HOLT, RINEHART AND WINSTON, 1955.

WALZER, M. SEARCH FOR ZION, **TIKKUN**, v. 3, n. 3, MARÇO-ABRIL, 1988.

GILLBORN, D. RACE, NATION, AND EDUCATION. UNPUBLISHED PAPER, INSTITUTE OF EDUCATION, UNIVERSITY OF LONDON, 1997.

GUR-ZE'EV, I. É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA NO CIBERESPAÇO? **COMUNICAÇÕES**, v. 9, n. 1, 72-98, JUN. 2002.

GENERAIS ERAM LEÕES, HOJE SÃO RATOS. ISTO É, 28 MAR. 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3GRJEJ3](https://bit.ly/3GRJEJ3). ACESSO EM 4 AGO. 2020.

JOANONI NETO, V.; GUIMARÃES NETO, R. B. AMAZÔNIA: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, PRÁTICAS DE ‘COLONIZAÇÃO’ E CONTROLE DO TERRITÓRIO NA DITADURA MILITAR (1964-85). **ANUARIO - INSTITUTO DE ESTUDIOS HISTÓRICO-SOCIALES**, v. 34, n. 1, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3GFQOSf](https://bit.ly/3GFQOSf). ACESSO EM: 04 DE AGO. 2020.

MOURÃO, MÔNICA. A VERDADE DA DIREITA: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA DE 1964. **AVANCA CINEMA**, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2DP1zyc](https://bit.ly/2DP1zyc). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

MOTTA, M. M. M. JOGOS DA MEMÓRIA: CONFLITOS DE TERRA E AMNÉSIA SOCIAL. **CADERNOS DO CEOM** - ANO 16, N. 17, 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2C9QDEd](https://bit.ly/2C9QDEd). ACESSO EM: 09 JUL. 2020.

PICOLI, B. A.; RADAELLI, S. M.; TEDESCO, A. L. ANTI-INTELECTUALISMO, NEOCONSERVADORISMO E REACIONARISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES. **EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**, v. 29, n. 58, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.21879/FAEEBA2358-0194.2020.V29.N58.P48-66](http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n58.p48-66).

SANTAELLA, L. **COMUNICAÇÃO UBÍQUA**: REPERCUSSÕES NA CULTURA E NA EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: PAULUS, 2013.

VIDAL-NAQUET, P. **Os ASSASSINOS DA MEMÓRIA**: UM EICHMANN DE PAPEL E OUTROS ENSAIOS SOBRE O REVISIONISMO. CAMPINAS, SP: PAPIRUS, 1988.

WANG, D. W. L.; COUTO, J. A. REFORMAS INSTITUCIONAIS E “MILAGRE ECONÔMICO”: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO CONCENTRADOR DE PODER ECONÔMICO E RENDA. **DIREITO & POBREZA**, v. 1, n. 1, 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3fCCHHL](https://bit.ly/3fCCHHL). ACESSO EM 04 AGO. DE 2020.